

Governo tenta três adesões no Senado para maioria melhorar

Oposição resolve fiscalizar tudo

O Senadores Mendes Canale (PP-MS) e Itamar Franco (PMDB-MG) mostraram, na última semana, que o Governo terá de fazer concessões no futuro, pois dificilmente voltarão a ser realizadas sessões e votações fantasmas, que eram tão frequentes no passado.

Logo após a Semana Santa, o Senador Mendes Canale propôs à bancada do Partido Popular no Senado que seja exigido o andamento de vários projetos que, por interesse do Governo, continuam engavetados nas Comissões Técnicas. Um deles, por exemplo, do Senador Franco Montoro (PMDB-SP), altera o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

EMBAIXADOR

No início de março último, o Senador Itamar Franco apresentou requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre a sistemática de promoções dos diplomatas. A exemplo do que já aconteceu com vários requerimentos seus, este não teve o necessário andamento e, segundo tomou conhecimento, dificilmente seria respondido.

Na primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores, que examinaria a indicação de dois embaixadores, estavam presentes apenas ele e o Senador Saldanha Derzi (MS), o vice-líder do PDS para o setor de Comissões. Como no passado, o Sr Derzi informou que mandaria recolher as assinaturas dos outros senadores. O Senador Itamar, porém, não concordou.

Na última legislatura, quando era presidida pelo Senador Daniel Krieger (ex-Arena-RS), a Comissão de Relações Exteriores chegou a exigir a presença dos diplomatas para sabatiná-los, de acordo com o Regimento. Isto agora, porém, acontece raramente.

Os prazos das Comissões Técnicas, estipulados em Regimento, portanto na lei, inexistem. Há projetos, como o do Senador Montoro, alterando o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ou o do Senador José Sarney (PDS-MA) sobre o voto distrital, que estão com os relatores há quase um ano. Não é raro encontrar-se no corredor um servidor atrapalhado porque o gabinete deste ou daquele Senador não sabe onde foi parar um projeto.

DESMORALIZAÇÃO

As sessões fantasmas — as de recolhimento de assinaturas — tornaram-se cada dia mais frequentes nas Comissões Mistas. Há diversas explicações para isto. A principal, talvez, é de que o resultado de Comissão Mista não tem, na realidade, maior significado. A emenda do Deputado Edison Lobão (PDS-MA), restabelecendo as eleições diretas para Governador e Vice, foi aprovada por unanimidade. No plenário, só um representante do PDS, o Sr Lobão confirmou seu voto.

É comum se ouvir que na Comissão o voto é técnico, no plenário é político. Ainda esta semana, o líder do Governo na Câmara, Deputado Nelson Marchezan (RS), indagado se haveria possibilidade de ser confirmado o parecer de Comissão Mista favorável à emenda acabando com os municípios de segurança nacional e determinando que fossem realizadas eleições, limitou-se a perguntar:

“Qual é a emenda que não passa na Comissão?”

As grandes discussões nas Comissões Mistas são muito raras. Em 95% dos casos, elas ocorrem quando os meios de divulgação emprestam importância à matéria. Os temas econômicos e sociais raramente chegam a ser discutidos. Esta semana, por exemplo, foi aprovada, proposta do Deputado Manoel Gonçalves (PP-CE) determinando que 1% dos recursos da União sejam obrigatoriamente transferidos para o Banco do Nordeste. A sessão foi fantasma.

O PDS conseguiu aprovar os Embaixadores na Comissão, mas o Senador Itamar transferiu sua luta para o plenário. Fez sucessivos pedidos de verificação de quorum, até que a bancada do Governo cedeu e o Ministro Saraiva Guerreiro compareceu à Comissão para ser interpelado.

O Senador Mendes Canale e o Itamar Franco tem controlado, juntos, as votações secretas. Nos anos anteriores era do conhecimento geral de que o quorum exigido — 34 senadores — foi, muitas vezes, alcançado pelos tocadores de piano, ou seja os que saíam apertando os botões de votação em mesas diferentes. Em princípios de março, o Sr Canale, em tom amigável, disse numa roda de Senadores, que “este ano ninguém toca mais piano”. Até o momento ninguém tocou.

EXTENSÃO

A fiscalização do plenário com o pedido de quorum se estenderá, a partir da Semana Santa, às Comissões Técnicas, de acordo com entendimentos mantidos entre os líderes do Partido Popular e do PMDB, Senador Gilvan Rocha (SE) e Paulo Brossard (RS). A rigor, só uma Comissão funciona efetivamente, que é a de Justiça.

As outras podem ou não se reunir corretamente. A de Legislação Social e a de Finanças chegam a ter número, ocasionalmente, mas quase sempre os seus secretários saem pelos corredores recolhendo assinaturas. Em 80% dos casos, os pareceres sobre os projetos não são preparados pelos parlamentares, mas por uma assessoria e os seus autores trocados na hora, conforme quem esteja na comissão.

Brasília — A liderança do Governo no Senado está alimentando esperanças de que mais dia menos dia os Senadores Alexandre Costa (MA), Hugo Ramos (RJ) e Dirceu Cardoso (ES) terminem por aderir ao Partido Democrático Social e com isto possa o líder Jarbas Passarinho readquirir a relativa tranquilidade dos tempos em que sua bancada tinha 41 senadores em vez dos 37 de hoje.

Com três votos apenas acima do quorum mínimo para as votações, a liderança do Governo não se tranqüiliza, porque não sabe o que vai acontecer com o mais inocente dos projetos do seu interesse. No Congresso, nem mesmo a votação da emenda do divórcio, reuniu a totalidade dos senadores.

Quatro sessões

Um caso típico foi o que na semana passada com o pedido de autorização para o Presidente João Figueiredo ausentar-se do país para um encontro no Paraguai com o Presidente Alfredo Stroessner. Foram precisas quatro sessões para que o Sr Jarbas Passarinho conseguisse ter no plenário número válido para votar e assim mesmo porque a oposição não se retirou, pois o líder Paulo Brossard (PMDB-RS) limitou-se a algumas ressalvas quanto à mensagem presidencial, mas permaneceu no plenário, junto com todos os demais representantes dos Partidos oposicionistas.

O episódio dá uma idéia exata do desafio que a liderança tem pela frente para o desempenho do “pesado encargo”, segundo a expressão do Sr Brossard, de defender o Governo.

Uma caçada

O problema de quorum no Senado, entretanto, não é de hoje. Apenas agora está se tornando mais crucial na dupla razão em que a bancada governista diminuiu e em que os oposicionistas se mostram dispostos a pedir verificação de forma sistemática, conforme já fizeram ver os Srs Itamar Franco (PMDB-MG), Dirceu Cardoso e o próprio Sr Brossard.

Antes do pluripartidarismo já havia ocorrido cenas de corre-corre em busca dos ausentes. Um dos mais recentes foi quando se votava o projeto que autorizava a alienação de terras à firma Andrade Gutierrez, no Pará. Depois de muitos adiamentos, só depois de uma verdadeira caçada, o líder do Governo conseguiu fazer número no plenário. A Senadora Eunice Michilis (AM) teve que ser chamada no cabeleireiro. Somente os que não se encontravam em Brasília não puderam ser levados, e estes não são poucos.

Uma piada

Um deles, o Senador Vicente Vuolo (MT), é de aparecimento tão raro que, na última semana, quando o Sr Itamar Franco estranhava a falta de quorum para votar seu requerimento de convocação do Ministro Saraiva Guerreiro ao plenário, embora um minuto antes tivesse passado, afinal, a autorização para a viagem do Presidente da República, o Sr Luis Viana Filho (PDS-BA) não resistiu à tentação de uma tirada humorística:

— Mas V. Exa. deve se dar por muito satisfeito, porque entre os presentes se encontra o Senador Vicente Vuolo.

Os dois Mato Grosso juntos têm uma verdadeira bancada fora do plenário: além do Sr Vuolo, costumam aparecer muito pouco os Srs Pedro Pedrossian e Benedito Canellas, o primeiro do Sul e o último do Norte. Geralmente, os pouco assíduos no Senado são homens muito atarefados em seus negócios particulares, como o Sr Amaral Furlan, de São Paulo e o Sr Benedito Ferreira, de Goiás, que na terça-feira entrará em licença valendo-se de um dispositivo novo na Constituição — à Emenda nº 13, de sua própria autoria — que permite agora aos parlamentares afastarem-se por quatro meses para tratarem de interesses particulares e serem substituídos pelos suplentes.

Assim, na cadeira quase sempre vazia do parlamentar goiano, teremos por 120 dias uma figura nova, o Sr José Caxeta. Outros senadores que nos próximos dias darão chance aos seus suplentes são os Srs Gastão Muller (PP-MT) e Henrique La Rocque (PDS-MA).